

☐ **REQUERIMENTO**      Número      /      (      .<sup>a</sup>)

☐ **PERGUNTA**      Número      /      (      .<sup>a</sup>)

Expeça - se

Publique - se

O Secretário da Mesa

Assunto:

Destinatário:

**Exmo. Senhor Presidente da Assembleia da República****Considerando que:**

1 – A vida útil de uma ponte é de pelo menos 50 anos. Contudo os avanços técnicos, a inovação e o conhecimento permitem que hoje se possam fazer intervenções que aumentam em muito a vida útil de pontes e de outras infraestruturas que, por estarem a servir a população, devem ser monitorizadas e acompanhadas por organismos do Estado de forma a garantir a segurança de pessoas e bens.

2 – A Ponte da Arrábida, que liga as cidades do Porto e de Vila Nova de Gaia, foi inaugurada em 1963 e permite que diariamente milhares de pessoas circulem entre as zonas urbanas do Rio Douro de forma rápida.

3 – Ontem, dia 14 de maio de 2019, tivemos conhecimento de que se procedeu ao corte do trânsito na marginal do Porto, nos dois sentidos, depois de terem caído pedaços de argamassa da estrutura da ponte.

4 – Já durante o dia de hoje, 15 de maio de 2019, a Infraestruturas de Portugal garantiu que a queda de pedaços provenientes da estrutura da Ponte da Arrábida, resultou de uma “laminação do betão” e não de um “dano estrutural”.

Segundo um comunicado da Câmara Municipal do Porto a Infraestruturas de Portugal “está neste momento a traçar um plano rápido de intervenção de manutenção na ponte”.

5 – Para o CDS faz sentido que as intervenções de manutenção possam antecipar cenários como o que acaba de se viver no Porto, sendo até desejável, que o Governo, tenha planos de ação e monitorização destas infraestruturas públicos.

6 – Torna-se assim necessário que possamos ser esclarecidos sobre esta matéria pelo Ministério das Infraestruturas e Habitação, que tem a tutela das infraestruturas, nomeadamente,

de acordo com o Decreto-Lei n.º 251-A/2015 de 17 de dezembro (Lei Orgânica do XXI Governo constitucional), alterado pela Decreto-Lei 31/2019, no número 1 do artigo 24.º-A, "... tem por missão formular, conduzir, executar e avaliar as políticas de infraestruturas, nas áreas da construção, do imobiliário, dos transportes e das comunicações, incluindo a regulação dos contratos públicos, bem como as políticas de habitação e de reabilitação urbana."

7 – Este Ministério exerce ainda superintendência e tutela sobre o Laboratório Nacional de Engenharia Civil (LNEC), que tem por atribuição, de acordo com a alínea b), número 2, do artigo 3.º do Decreto-Lei 157/2012, de 18 de julho, "Estudar e observar o comportamento das obras, com vista a informar acerca das suas condições de segurança e de durabilidade, e pronunciar - se sobre estudos com os mesmos objetivos".

8 – O LNEC é também, de acordo com a sua missão a entidade nacional a quem compete: "... promover a investigação científica e o desenvolvimento tecnológico, bem como outras atividades científicas e técnicas necessárias ao progresso e à boa prática da engenharia civil, exercendo a sua ação, fundamentalmente, nos domínios da construção e obras públicas, da habitação e urbanismo, do ambiente, da gestão dos riscos, da indústria dos materiais, componentes e outros produtos para a construção e em áreas afins, visando a sua atividade, essencialmente, a qualidade e a segurança das obras, a proteção e a reabilitação do património natural e construído, bem como a modernização e inovação tecnológicas do setor da construção.

9 – Para o CDS este Ministério, em conjunto com o LNEC, deveria desenvolver uma série de mecanismos públicos de monitorização e acompanhamento das obras de arte que, depois, conduziria a um plano de manutenção coordenado com as Infraestruturas de Portugal, designadamente para proceder a ações periódicas de manutenção das pontes rodoviárias e ferroviárias.

**Assim:**

Tendo em conta o disposto no artigo 156.º, alínea d) da Constituição, e as normas regimentais aplicáveis, nomeadamente o artigo 229.º do Regimento da Assembleia da República, cujo n.º 3 fixa em 30 dias o limite do prazo para resposta;

Os Deputados do CDS-PP, abaixo-assinados, vêm por este meio requerer ao Senhor Ministro das Infraestruturas e Habitação, por intermédio de Vossa Excelência, nos termos e fundamentos que antecedem, respostas às seguintes perguntas:

**1. O Ministério das Infraestruturas e da Habitação tem na sua posse relatórios do LNEC, ou de outra entidade pública, que garantam a segurança daquela infraestrutura? Se sim qual a data do último relatório ou avaliação técnica?**

**2. Porque motivo a Infraestruturas de Portugal teve que fazer uma intervenção imediata na Ponte da Arrábida se o problema não é estrutural?**

**3. Qual a data da última intervenção de manutenção realizada nesta ponte?**

**4. Qual a frequência com que o LNEC e outras entidades procedem à monitorização e realização de relatórios que permitem ao Estado aferir a segurança das obras de arte em Portugal?**

**5. O Governo tem algum plano de ação conjunto entre o LNEC e a Infraestruturas de Portugal que permita estabelecer um calendário de manutenção específico para cada obra de arte?**

Palácio de São Bento, 15 de maio de 2019

Deputado(a)s

CECÍLIA MEIRELES(CDS-PP)

PEDRO MOTA SOARES(CDS-PP)

ÁLVARO CASTELLO-BRANCO(CDS-PP)

HELDER AMARAL(CDS-PP)